

## **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO – 2007/2008**

Que, entre si celebram, de um lado, o **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA ALIMENTAÇÃO, PANIFICAÇÃO, CONFEITARIA DE GOVERNADOR VALADARES E REGIÃO LESTE DE MINAS GERAIS – (“SINTINA”)**, sediado em Governador Valadares/MG, na Rua São João, n.º 558, Centro, inscrito no CNPJ sob o n.º 20.884.320/0001-35 e, de outro lado, o **SINDICATO INTERMUNICIPAL DAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO, PANIFICAÇÃO, CONFEITARIA E DE MASSAS ALIMENTÍCIAS DO VALE DO AÇO – (“SINPAVA”)**, sediado em Ipatinga/MG, na Rua Cristóvão Colombo, n.º 15, B. Cidade Nobre, inscrito no CNPJ sob o n.º 26.201.202/0001-95, mediante as cláusulas e condições seguintes:

### **CLÁUSULA 1ª - PISO SALARIAL FUNCIONAL**

Fica estabelecido que, a partir de 1º de janeiro de 2008, nenhum empregado exercente das funções abaixo mencionadas, receberá o salário inferior aos abaixo especificados:

#### **I – INDÚSTRIAS DA PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA**

- a) Padeiro – R\$ 525,00 (quinhentos e vinte e cinco reais)
- b) Ajudante de Padeiro – R\$ 420,00 (quatrocentos e vinte reais)
- c) Balconista e Embalador – R\$ 420,00 (quatrocentos e vinte reais)

#### **II – PISO SALARIAL DA INDÚSTRIA DA ALIMENTAÇÃO ABAIXO:**

**Piso salarial de R\$ 435,00 (quatrocentos e trinta e cinco reais)** para os trabalhadores nas indústrias do trigo, milho, soja e mandioca, açúcar em geral, arroz, feijão e aveia, torrefação, moagem, beneficiamento de Café, café Solúvel, refinação do sal, cacau, balas, gomas de mascar, mate, laticínios e seus produtos derivados, macarrão, biscoitos e massas em geral, águas minerais, cervejas, refrigerantes, vinho, Aguardente, Vinagres e bebidas em geral, Azeite e óleos alimentícios, doces e conservas alimentícias, carnes, lingüiça e salsicha e seus derivados, frio, fumo, imunização, tratamento e industrialização de frutas, rações balanceadas e demais alimentação animal, pesca e beneficiamento em geral, congelados, gelo, supercongelados, sorvetes, picolés, concentrados e liofilizados, frigoríficos no abate de bovino, suíno e aves, fabricação de pipocas, pimentinha, pururuca, batatas, bananas fritas, salgadinhos, pizza e salgados em geral, industrializados de produtos alimentícios em geral, industrialização de água de coco, caldo de cana e sucos em geral.

**1º** - Os pisos salariais supram mencionados serão devidos a partir do 61º (Sexagésimo primeiro) dia da data de admissão do empregado;

**§ 2º**- Os empregados que exercem as funções especificadas nesta cláusula, que recebem salário superior aos pisos salariais discriminados acima, terão seus salários reajustados com o mesmo percentual e as mesmas condições especificadas na cláusula 2ª.

**§ 3º** - Fica estabelecido de comum acordo que o salário estabelecido do embalador é direcionado ao trabalhador das Indústrias que não possuem loja com balcão de venda a varejo.

### **CLÁUSULA 2ª – CORREÇÃO SALARIAL**

As empresas representadas pela entidade sindical patronal conveniente, respeitado o disposto nos parágrafos 1º, 2º e 3º da cláusula anterior, reajustarão os salários de todos os seus empregados, inclusive os mencionados no parágrafo 2º da cláusula 1ª, a partir de 1º de janeiro de 2008, pelo percentual de 5% (cinco por cento), que incidirá sobre os salários vigentes em 1º de janeiro de 2007, compensando-se assim todas as antecipações ou reajustes salariais, espontâneas ou decorrentes de

lei, que tenham sido concedidos no período de 01/11/2006 a 31/12/2007, e ficando excluídos da compensação os aumentos decorrentes de promoção, transferência e equiparação salarial de acordo com a lei.

§ 1º - Os empregados exercentes de outras funções não especificadas na cláusula 1ª (primeira) e admitidos após o dia 16/01/2007, terão os seus salários reajustados proporcionalmente aos meses trabalhados na empresa, considerando-se como mês integral a fração igual ou superior a 15 (quinze) dias, de conformidade com a Tabela de Fatores abaixo:

<b>MÊS ADMISSÃO</b>	<b>FATORES DE REAJUSTES SALARIAIS</b>
Jan/07	5,00
Fev/07	4,59
Mar/07	4,18
Abr/07	3,76
Mai/07	3,34
Jun/07	2,92
Jul/07	2,51
Ago/07	2,09
Set/07	1,67
Out/07	1,25
Nov/07	0,83
Dez/07	0,41

§ 2º - O reajuste do empregado mais novo não poderá ser superior ao que for devido ao empregado mais antigo na mesma função.

§ 3º - As empresas se comprometem a pagar as diferenças salariais dos meses de janeiro de 2008 e fevereiro de 2008, caso existam, juntamente com o pagamento do salário do mês de março de 2008, ou seja, até o 5º dia útil do mês de abril de 2008.

#### **CLÁUSULA 3ª - ANTECIPAÇÃO SALARIAL PARA BALCONISTA E AJUDANTE DE PADEIRO**

As empresas representadas pelo Sindicato patronal conveniente concederão, em abril de 2008, exclusivamente aos empregados exercentes das funções de ajudante de padeiro e balconista, que percebem o piso salarial previsto na cláusula 1ª, uma antecipação salarial equivalente a 5/12 da inflação do período de Novembro de 2007 a Março de 2008 medida pelo INPC/IBGE .

**Parágrafo único** - A antecipação salarial prevista nesta cláusula será compensável com eventual reajuste de salário porventura concedido por força de convenção ou acordo coletivo de trabalho, sentença normativa ou lei, referente ao período compreendido entre 01.11.2007 e 31.10.2008.

#### **CLÁUSULA 4ª - ANOTAÇÃO NA CTPS**

Os empregadores se comprometem a lançar as anotações na CTPS dos trabalhadores exercentes das funções enumeradas as letras “a”, “b” e “c” da cláusula 1ª, de forma que o lançamento corresponda à função efetivamente exercida.

#### **CLÁUSULA 5ª - HORAS EXTRAS**

As horas extras serão remuneradas com acréscimo de 60% (sessenta por cento) em relação a hora normal, exceto aquelas trabalhadas aos domingos e feriados, ou em outros dias destinados ao repouso cuja a remuneração em relação a hora normal será acrescida de 100% (cem por cento) excluídos os empregados que trabalham em escalas/turnos de revezamento

#### **CLÁUSULA 6.ª - ADICIONAL NOTURNO**

O trabalho no horário noturno assim definido em lei, terá remuneração superior à do diurno e, para esse efeito, sua remuneração terá um acréscimo de 20 % (Vinte por cento) sobre a hora diurna normal.

**Parágrafo único** – As empresas se comprometem em reajustar o percentual do adicional noturno para 30% (Trinta por cento) a partir de 01/11/08.

#### **CLÁUSULA 7.ª - COMPENSAÇÃO DE JORNADAS**

As compensações de jornadas somente poderão ser praticadas nos termos previstos no artigo 59, da CLT e mediante acordo escrito entre o empregador e empregado.

#### **CLÁUSULA 8.ª – INTERVALO DE REFEIÇÕES**

As empresas fixarão intervalo não inferior a uma hora para refeição e descanso dos seus empregados.

#### **CLÁUSULA 9.ª – NONA HORA**

Quando, por qualquer motivo, o intervalo para refeição não for concedido, as horas trabalhadas deverão ser pagas pela empresa com acréscimo de 60% sobre o valor da hora normal.

**Parágrafo único** – A redução do intervalo de uma hora para refeição depende de autorização do Ministério do Trabalho, atendidas as exigências do parágrafo 3º. do artigo 71 da CLT.

#### **CLÁUSULA 10ª - QUINQUÊNIO:**

A partir do mês de julho de 2008, inclusive, as empresas pagarão mensalmente a todos os seus trabalhadores, a título de quinquênio, um adicional salarial equivalente a 1% (um por cento) do salário do trabalhador por cada 5 (cinco) anos de serviço prestado na mesma empresa.

**Parágrafo único** - O marco inicial para a aquisição do direito é o mês de julho de 2003, desprezado o tempo de serviço anterior a esta data.

#### **CLÁUSULA 11.ª - PAGAMENTO DOS SALÁRIOS**

As empresas efetuarão o pagamento dos salários dos seus empregados em dinheiro até o 5º dia útil de cada mês. Se o pagamento for efetuado em cheque, deverá, obrigatoriamente, ocorrer dentro do funcionamento bancário e em tempo hábil para desconto do cheque na agência bancária, sob pena de caracterização de mora.

**Parágrafo único: Atraso no pagamento de salários:** Na ocorrência de pagamento de salários fora do prazo estabelecido, a empresa incorrerá em multa correspondente a dois dias de salário por dia de atraso, para cada empregado prejudicado e revertido diretamente a ele, devidamente atualizado até a efetiva regularização sem prejuízo da multa prevista em lei.

#### **CLÁUSULA 12.ª - DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO**

As empresas, quando do pagamento dos salários, deverão fornecer aos empregados demonstrativos ou “hollerites” com a discriminação dos proventos, descontos e respectivos valores.

#### **CLÁUSULA 13.ª - PAGAMENTO DAS FÉRIAS**

Os pagamentos da remuneração das férias, e, se for o caso o do abono referido no artigo 143, da CLT, serão efetuados até 05 (cinco) dias antes do início do gozo das mesmas.

#### **CLÁUSULA 14.ª - COMPLEMENTAÇÃO DO 13º SALÁRIO**

Ao empregado afastado e percebendo auxílio doença da Previdência Social, por período igual ou inferior a 180 (cento e oitenta) dias, as empresas asseguram o valor do 13º salário integral, caso haja alguma diferença entre o valor recebido de benefício do INSS e o valor do salário contratual, sem prejuízo do tempo de afastamento e proporcionalmente aos períodos trabalhados e à disposição.

#### **CLÁUSULA 15.ª - AUXÍLIO FUNERAL**

No caso de falecimento do empregado, a empresa pagará aos seus dependentes, devidamente credenciados pelo INSS, um auxílio funeral correspondente ao valor de um piso salarial da respectiva função exercida pelo “de cujus”.

#### **CLÁUSULA 16.ª - SALÁRIO DO SUBSTITUTO**

Ao empregado a partir do 20º (vigésimo) dia e enquanto perdurar a substituição, será devido o salário do substituto, excluídas as vantagens de caráter pessoal.

#### **CLÁUSULA 17.ª - EQUIPARAÇÃO SALARIAL**

As empresas se comprometem a equiparar os salários de empregados que exerçam as mesmas funções com igual produtividade e perfeição técnica, nos termos da Legislação consolidada.

#### **CLÁUSULA 18.ª - LANCHE**

As empresas se obrigam a fornecer gratuitamente aos seus funcionários, por jornada de trabalho, um lanche diário que consistirá de um copo de leite e pão ou café e pão, recomendando-se às empresas

melhoria do lanche aqui estipulado, devendo fornecer um lanche adicional no caso prorrogação de jornada de trabalho.

#### **CLÁUSULA 19.<sup>a</sup> - UNIFORME**

As empresas fornecerão gratuitamente aos seus empregados, uniformes em número suficiente à prestação de serviços, desde que exigidos por ela ou de uso obrigatório por normas legais.

**Parágrafo único** – Rescindindo o contrato de trabalho, o empregado que recebeu uniforme, se obriga a devolvê-lo a empresa no primeiro dia útil subsequente à data da rescisão, sob pena de desconto do respectivo valor de custo no mercado no respectivo Termo de Rescisão Contratual.

#### **CLÁUSULA 20.<sup>a</sup> - USO DE TELEFONE**

As empresas se comprometem a transmitir aos seus empregados os recados importantes e urgentes.

#### **CLÁUSULA 21.<sup>a</sup> - FORNECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL**

As empresas se comprometem a fornecer água potável para os seus empregados no local de trabalho.

#### **CLÁUSULA 22.<sup>a</sup> - BANHEIRO**

As empresas se obrigam a manter banheiros com cabides para uso de seus empregados.

#### **CLÁUSULA 23.<sup>a</sup> - GUARDA DE BICICLETAS**

As empresas que tenham mais de 20 (vinte) funcionários e que possuem espaço disponível se obrigam durante a vigência desta convenção, a reservar local próprio para a guarda de bicicletas de seus empregados.

#### **CLÁUSULA 24.<sup>a</sup> - LIMPEZA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS**

Sempre que a empresa exigir, deverá encerrar o trabalho com antecedência bastante, de tal forma que possibilite, dentro da jornada normal de trabalho, ao empregado realizar a limpeza da máquina ou equipamento no qual trabalha.

#### **CLÁUSULA 25.<sup>a</sup> - MELHORIA DE INSTALAÇÕES**

As empresas se comprometem a melhorar as condições de trabalho e instalações, procurando observarem as condições de higiene e segurança a que estão obrigadas por força da Lei.

#### **CLÁUSULA 26.<sup>a</sup> - PRIMEIROS SOCORROS**

Os empregadores ficam obrigados a manterem caixa de medicamentos para primeiros socorros, em local acessível a seus empregados.

#### **CLÁUSULA 27.<sup>a</sup> - GARANTIA DA EMPREGADA GESTANTE**

As empresas concederão garantia no emprego à gestante nos termos do artigo 10, inciso II, letra b, Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, em conformidade com a legislação em vigor, salvo a hipótese de rescisão de contrato de trabalho por justa causa ou em caso de término de contrato de trabalho por prazo determinado.

#### **CLÁUSULA 28 - GESTANTE – FUNÇÃO COMPATÍVEL**

Assegura-se a gestante, durante a gestação, o exercício de trabalho compatível ao seu estado.

#### **CLÁUSULA 29.<sup>a</sup> - SOBRECARGA RESULTANTE DE EMPREGADO EM GOZO DE FÉRIAS**

As empresas se comprometem a não sobrecarregarem seus empregados com tarefas de companheiros em férias, nem exigir no retorno desses, sobrecarga para compensar as férias gozadas.

#### **CLÁUSULA 30.<sup>a</sup> - AVISO PRÉVIO**

As empresas se obrigam a dispensar o cumprimento do aviso prévio, sem ônus, na hipótese de se tratar de rescisão do contrato de trabalho a pedido do obreiro.

**Parágrafo único** – Fica convencionado que o pagamento das verbas rescisórias devidas ao empregado demissionário será feito até o 31º (trigésimo primeiro) dia contado da data do pedido de demissão assinado pelo obreiro sem incidência de multa estipulada no art. 477, § 8º, da CLT e observando o art. 477, § 1º, da CLT.

#### **CLÁUSULA 31.<sup>a</sup> - LIBERAÇÃO DE DIRETORES**

Fica conveniado que os dias referentes às liberações dos líderes sindicais, conforme preceitua o artigo 543 da CLT § 2º, devidamente requerido pela entidade da classe, não serão descontados para efeito de férias.

#### **CLÁUSULA 32.<sup>a</sup> - QUADRO DE AVISOS**

As empresas reservarão em seus quadros de avisos, local para que o Sindicato possa divulgar informações de interesse dos trabalhadores. Os avisos do Sindicato serão encaminhados às empresas que fixarão imediatamente, inclusive no mesmo turno de trabalho em que forem entregues. Os avisos devem ficar limitados à assuntos de interesse do trabalhador e não podem conter ofensas ao empregador ou às autoridades constituídas.

**CLÁUSULA 33.<sup>a</sup> -ABONO DE FALTA PARA CONSULTA MÉDICA DE FILHOS:**

Fica concedido ao trabalhador 01 (hum) dia por ano para consulta médica de filho menor de 08(oito) anos de idade comprovado por atestado medico, apresentado o mesmo 24 horas subsequente a ausência.

**CLÁUSULA 34.<sup>a</sup>VALE TRANSPORTE:**

Ficam as empresas obrigadas a fornecer vale transporte ao trabalhador de acordo com lei 7.418 de 16/12/1985.

**CLÁUSULA 35.<sup>a</sup>FORNECIMENTO DA RAIS:**

As empresas fornecerão copia da RAIS (RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS) a entidade profissional até 15/05/2008, ano base 2007.

**CLÁUSULA 36.<sup>a</sup> - APOSENTADORIA -GARANTIA**

Fica vedada a dispensa do empregado ao qual faltarem 12 (doze) meses para completar o tempo de serviço para aposentadoria e que tenha no mínimo 5 (cinco) anos de serviço na empresa, desde que previamente o empregado tenha dado ciência ao empregador do tempo que falta para a aposentadoria.

§ 1º. - Completado o tempo necessário à aposentadoria, cessa para a empresa a obrigação prevista nesta cláusula, mesmo que o empregado não se aposente, por sua vontade ou por culpa da Previdência Social.

§ 2º. - Ficam excluídos da garantia prevista nesta cláusula os empregados que, por qualquer motivo, descumprirem com suas obrigações, cometendo falta grave e dando, com isso, motivo a punições por parte do empregador, inclusive, a da dispensa por justa causa.

**CLÁUSULA 37.<sup>a</sup> DO RECIBO DE GPS:**

Fica as empresas obrigadas a enviar ao Sintina copias da GPS até o 10<sup>a</sup> dia de cada mês, em cumprimento do artigo 225, inciso V, decreto 3.048, de 06/05/99.

**CLÁUSULA 38.<sup>a</sup> - PENALIDADES /MULTA – MULTA POR INADIMPLEMENTO DE CLÁUSULAS FINANCEIRAS:**

As partes estabelecem multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor apurado e não pago a partir da vigência desta convenção, previsto nesta convenção coletiva a favor do empregado prejudicado, no caso de inadimplemento de cláusulas de natureza financeira, e 15% (quinze por cento) do mesmo valor em favor do sindicato obreiro a titulo de honorários de sucumbência.

**Parágrafo único** – Prevalecerá a multa específica quando prevista sobre a multa genérica desta cláusula, ficando vedada a superposição ou comutatividade com multas já previstas na legislação obreira.

**CLÁUSULA 39.<sup>a</sup> -MULTA POR INADIMPLEMENTO DE CLÁUSULAS DA CONVENÇÃO COLETIVA:** - As partes estabelecem multa de valor correspondente a 01(um) piso do balconista vigente da categoria, em favor do sindicato obreiro por inadimplemento de cláusulas da convenção coletiva.

**Parágrafo único** – Prevalecerá multa especifica quando prevista sobre a multa genérica desta cláusula ficando vedada a superposição ou comutatividade com multa já prevista na legislação obreira.

**CLÁUSULA 40.<sup>a</sup>- DATA BASE** As partes conveniente estabelecem a data-base em primeiro de novembro para a categoria profissional.

**CLÁUSULA 41.<sup>a</sup>-CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA:** Os empregadores como meros intermediários, se obrigam a descontar, mensalmente de todos os seus empregados, abrangidos pela presente convenção coletiva a partir de janeiro de 2008, a importância correspondente ao percentual de 1,5%( um e meio por cento) sobre o valor do piso salarial a titulo de contribuição confederativa, aprovado em assembléia geral, realizado no dia 19 de julho de 2007, que deverá ser pago a favor do sindicato dos trabalhadores nas indústrias da alimentação de Governador Valadares,

na sede do SINTINA, até o dia 05 de cada mês, sob pena de multa de 10% ( dez por cento), correção monetária e juros de mora de 2% (dois por cento) ao mês, devendo os empregadores encaminhar copia da relação de empregados, na qual deverá constar o valor do salário nominal e o valor descontado em folha.

§ 1ª- O sindicato dos trabalhadores fornecerá os formulários próprios, para o recolhimento da taxa confederativa.

§ 2ª- Os empregadores deverão encaminhar ao SINTINA, copia da relação dos empregados, na qual deverá constar o valor do salário nominal e o valor da taxa confederativa descontada em folha.

§ 3º - As empresas se comprometem a descontar as contribuições confederativas dos meses de janeiro de 2008 e fevereiro de 2008 juntamente com o salário do mês de março de 2008 e repassar os valores ao SINTINA até o 5º dia útil do mês de abril de 2008.

#### **CLÁUSULA 42ª.- CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA PATRONAL**

Ficam as empresas, abrangidas por esta convenção, obrigadas a recolher, a favor da Entidade Patronal conveniente, diretamente na tesouraria deste, situado na Rua Cristóvão Colombo, nº 15, B. Cidade Nobre, Ipatinga/MG (ou através de boleto que será enviado pela Entidade Patronal), até o dia 10 de abril/2008, a quantia de **R\$ 50,00(Cinquenta reais) para as indústrias da panificação e confeitaria** e de **R\$ 100,00(cem reais) para as indústrias da alimentação descritas na cláusula 1ª, item II**, a título de Contribuição Confederativa Patronal, nos termos do art.8º. , IV, da constituição Federal.

**Parágrafo único** – O recolhimento da contribuição após o dia 10 de abril de 2008 implicará o pagamento da multa de 2%(dois por cento), correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês.

#### **CLÁUSULA 43.ª - VIGÊNCIA**

A presente Convenção Coletiva de Trabalho terá vigência de 01 (um) ano, com início em 1.º de Novembro de 2007 e término em 31 de Outubro de 2008.

E para que produza seus jurídicos e legais efeitos, apresente convenção coletiva de trabalho foi lavrada em 05 (cinco) vias de igual forma e teor, sendo levada o registro e depósito junto à Delegacia Regional do Trabalho em Minas Gerais.

Ipatinga, 12 de março de 2008.

**SIND TRAB NAS IND DA ALIMENTAÇÃO, PANIFICAÇÃO, CONFEITARIA DE GOV  
VALADARES E REG LESTE M G - “SINTINA”.**

**Nilton Vieira Rhis - CPF: 386.119.106-72**

**Presidente**

**SIND INTERMUNICIPAL DAS IND DE ALIMENTAÇÃO, PANIFICAÇÃO,  
CONFEITARIA E DE MASSAS ALIMENTÍCIAS DO VALE AÇO – “SINPAVA”**

**Aloísio Pinto dos Santos – CPF: 009.719.526-04**

**Presidente**